



**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E DA AMAZÔNIA - CINDRA**

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. EDMILSON RODRIGUES)

Requer a realização de Audiência Pública: **para debater Acampamento Terra Livre e o desmonte na estrutura da FUNAI** para o dia 25 de Abril de 2019.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para realização de Audiência Pública no dia 25 do mês corrente com **para debater o Acampamento Terra Livre e o desmonte na estrutura da FUNAI.**

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MDH
2. Representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
3. Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
4. Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
5. Representante do Conselho Missionário Indigenista - CIMI

JUSTIFICATIVA

Nos últimos meses a conjuntura política a respeito da questão indígena tem sido preocupante e de grande impacto para as populações indígenas. A Medida Provisória 870, apresentada no início no ano pelo Governo, transferiu o órgão responsável pela política

indigenista do Estado brasileiro para o recém-criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A mesma medida retirou as atribuições de demarcação de terras indígenas e licenciamento ambiental da FUNAI e entregou para a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, esvaziando a FUNAI e caracterizando um cenário de gestão sob conflitos de interesses. Ao mesmo tempo, ocorreram ataques e invasões em terras indígenas em diversas regiões do país e, mais recentemente, houve uma grave ameaça à SESAI com o objetivo proposto pelo Ministério da Saúde de municipalizar o atendimento da saúde indígena.

Já passado trinta anos de promulgação da Carta Magna de 1988, que de forma inaugural, trouxe um capítulo específico destinado a proteção dos povos indígenas, e também, em tratados internacionais de direitos humanos que prevê a proteção aos territórios e ao modo de vida dos povos, esses povos continuam sofrendo ameaças aos seus direitos. Tais medidas e ações governamentais atingem a imagem, a dignidade e a segurança dos povos indígenas, além de explicitar a falta de conhecimento do Governo sobre os direitos constitucionais destes povos.

Neste contexto, se faz necessário discutir as pautas indígenas diante do alarmante descaso do Estado Brasileiro com esta agenda. Considerando que entre os dias 24 e 26 de Abril de 2019 estará acontecendo a maior mobilização dos povos indígenas do Brasil, o Acampamento Terra Livre (ATL), e que o evento reúne milhares de lideranças indígenas de povos de todo território nacional, este é um momento fundamental de dialogar sobre a temática. Segundo o movimento indígena, o ATL pretende pautar a transferência da FUNAI do Ministério da Justiça para o MDH; a municipalização da saúde indígena; a proposta de marco; a transferência da competência de demarcação para o; a intensificação das invasões às terras indígenas e as ameaças às lideranças; entre outros temas relevantes.

Em razão da realização deste importante encontro, solicitamos uma Audiência Pública para debater na Câmara dos Deputados tais questões e promover o fortalecimento da luta em defesa dos direitos indígenas do Brasil frente às ameaças e violações pontuadas.

Diante do exposto, conto com os nobres pares para aprovar o requerimento de Audiência Pública no dia 25 de Abril com finalidade de debater o Acampamento Terra Livre e o desmonte na estrutura da FUNAI.

Salas das Comissões, 02 de Abril de 2019.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES
PSOL/PA